



Adilson De Jesus Cabral Tavares é Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005 – 2008); Actualmente está a fazer o mestrado na mesma Faculdade em Ciência Política e Relações Internacionais.

Nasceu em Santa Catarina, em 17/11/1983, na localidade de Gil-Bispo, Interior de Santiago de Cabo Verde. Fez os estudos primários na localidade de Gil-Bispo e secundário no Liceu Amílcar Cabral, na Cidade de Assomada.

Email: adil.son.tavares@hotmail.com

O REGIME POLÍTICO GUINNENSE (1994-2008)

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A cadeira de Teoria da Democracia, leccionada no Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa, pelo Doutor Tiago Fernandes, tenta abordar ou problematizar um conjunto de temas de Democracia, que foram debatidos ao longo dos tempos, ou seja, desde os clássicos, até ao período que estamos a viver. O trabalho que se segue tenta abordar uma questão central, que constitui hoje os principais debates políticos, africanos e internacionais, a questão da democracia ou os sistemas políticos africanos em geral. Dentro dessa conjuntura escolhemos o caso de Guiné-Bissau, que constitui, sem dúvida, uma das realidades mais controversas numa comparação com as outras ex – colónias portuguesas, conciliando assim os nossos propósitos com o programa da cadeira. O conteúdo aqui apresentado pode até parecer um pouco distante em relação ao programa, mas analisando com pormenor os grandes autores que debruçam sobre temas relacionados com a democracia conclui-se logo que o trabalho tem uma certa pertinência, por exemplo, vejamos autores como Samuel Huntington, quando aborda a questão da transição política, ou mesmo “Maurice Devigier” com a obra “Os sistemas políticos africanos”. Infelizmente, no nosso departamento, não se debruça muito sobre questões políticas africanas. Analisando os programas das diferentes disciplinas, conclui-se que falam praticamente de tudo menos de África.

É curioso que numa cadeira de Política Internacional Contemporânea (questões globais), se debruce sobre as questões geopolíticas; das principais potências (Estados Unidos, União Europeia, Rússia); das potências emergentes (China, Índia, Brasil), fale-se do grande Médio Oriente, mas a África não aparece, mesmo tendo em conta que África está no centro dos debates internacionais, devido à sua complexidade do ponto de vista político, económico e cultural.

Quando se fala de África, é de uma forma breve ou simplesmente a título de exemplos. E basta ver que a própria literatura política, sobretudo da África lusófona é bastante escassa em Portugal.

II. INTRODUÇÃO

Qual é o Regime Político Guineense? É esta a nossa pergunta à partida, ou seja, conduzimos a nossa pequena investigação com base nesta questão para tentarmos saber se a Guiné-Bissau é ou não um regime democrático. É certo que muitas questões têm sido colocadas acerca do regime político Guineense. Para tentar responder a essa

questão recorreremos a análises de um conjunto de indicadores, de carácter económico, socioculturais (questões étnicas, escolarização), indicadores político-sociais, assim como estabelecemos comparações entre este país com vários outros, não só de África mas também englobando países da Europa e do continente Americano.

O Tema em si é interessante, o que justifica a nossa escolha:

- 1- Pelo facto de ser um país ainda bastante jovem, ou seja, com poucos anos de independência, tem muito por explorar no campo da investigação do sistema político-constitucional, baseando-se nos acontecimentos políticos que o têm marcado;
- 2- Uma outra razão é o facto de o país ter muito por explorar no campo da investigação científica, existem muito poucos escritos ou literatura com carácter sistemático sobre o mesmo, a não ser pequenos artigos de opinião de alguns especialistas em matéria de transição política, e as informações que constituem manchetes de alguns jornais internacionais, ou um ou outro autor que tem alguma coisa escrita sobre o tema em debate. São os casos, por exemplo, do Cientista Político Togolês, Fafali Koudawo e do Guineense Carlos Cardoso.

Neste trabalho, fazemos uma abordagem histórica do constitucionalismo guineense, o que dará ao leitor uma ideia geral da realidade política do referido país, pegando depois num conjunto de indicadores e avaliando os seus impactos no processo político. Sendo assim, vamos apresentar de forma pormenorizada os principais pontos que abordamos neste trabalho:

a) Um breve resumo da história Político-constitucional (1973- 2007);

Aqui, preocupamo-nos apenas em narrar os factos políticos – constitucionais, sem nos basearmos em qualquer interpretação e causalidade. O objectivo principal é fazer com que o leitor tenha uma percepção *a priori* da realidade política guineense, facilitando a compreensão dos outros pontos que se seguem;

Em seguida, analisamos e aprofundamos os principais factores que põem em causa a consolidação do Regime democrático no referido país:

b) As lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder;

Neste ponto analisamos as dinâmicas e lutas pelo acesso ao poder em várias fases: no decorrer da luta de libertação nacional, em que se verificaram algumas guerrinhas no interior do PAIGC; depois da independência até ao golpe de Estado de 1980, que pôs fim à unidade política da Guiné e Cabo-Verde; desse período até à liberalização política e, por último, o período pós liberalização política;

c) A falta do desenvolvimento do Capital Humano

Aqui evidenciamos um conjunto de repercussões negativas que este repercutiu na implementação de um regime democrático. A pobreza da África em geral é exactamente por causa da inexistência de pessoas capacitadas em diversas áreas científicas e tecnológicas, no sentido de explorar e transformar as principais matérias-primas ali existentes, que acabam por ser exploradas pelos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. África é rica em matérias-primas, mas pobre em termos de quadros qualificados, sobretudo nas vertentes acima mencionadas.

d) As influências que a pobreza desempenha no processo de afirmação da democracia no país;

e) Por último a participação dos militares na política e as suas consequências.

1. Hipóteses a desenvolver

Na realização deste trabalho definimos hipóteses de carácter político, económico e sócio-culturais:

- Do ponto de vista político:

-As instabilidades políticas em resultado de sucessivos golpes de Estado, que marcaram o país desde os primórdios da sua independência e que tiveram continuidade após o período da liberalização política, em resultado da personalização do sistema político, a partir das dinâmicas e lutas pelo acesso ao poder com base nas aspirações pessoais;

-A politização das Forças Armadas, contribuindo para a criação de facções internas, agudizando ainda mais as instabilidades políticas que sempre caracterizaram o país;

- Do ponto de vista económico:

O país vive mergulhado numa das mais profundas crises económicas, inviabilizando o processo de consolidação democrática, fazendo com que ecludam conflitos violentos a qualquer momento, em resultado da intolerância, gerando ainda debilidade do Estado, provocando a corrupção generalizada, ineficiência administrativa e, por conseguinte, o distanciamento dos cidadãos em relação ao Estado.

- Do ponto de vista sócio-cultural:

O país está profundamente dividido por grupos étnicos, pondo em causa o garante da unidade nacional em detrimento da unidade étnica, fomentando fenómenos como a "tribalização" com repercussão directa no sistema político, como exemplo, a tentativa de implementação de um governo étnico;

A taxa de analfabetismo ainda é preocupante no país, pondo em causa a interiorização da cultura política democrática no seio das populações.

Com base nesses pressupostos que análises podemos fazer para sabermos qual é, de facto, o Regime Político Guineense?

Ditadura? Democrático? Ou uma democracia do tipo não consolidada?

2. ENQUADRAMENTO

No período pós segunda guerra mundial, deu-se uma vaga de descolonização, contribuindo deste modo para um aumento de Estados na arena internacional. Nessa conjuntura, as relações internacionais deixaram de abranger Norte-Norte, passando a uma intensificação Norte - Sul. Essa vaga de descolonização, se para uns aconteceu de forma pacífica, para outros foram conseguidas por via da luta armada, com grandes perdas humanas de ambas as partes, ou seja, tanto daqueles que lutaram pela sua independência, como para o lado dos países que recusavam conceder a independência desses povos.

Na Guiné-Bissau o processo da independência foi conduzido dessa forma. No entanto, são muitos os que argumentam que uma grande parte desses países, que obtiveram a independência pela via armada, não ganharam nada, mas pelo contrário perderam, devido aos muitos problemas que ainda enfrentam, tais como a fome, as guerras civis, as doenças etc.

A Guiné-Bissau, enquadra-se sem dúvida, no grupo desses países e a nível da África lusófona é o que se encontra em situação mais complicada, com a pobreza extrema no seio das populações; com um maior número de golpes de Estado, tendo inclusive passado por uma sangrenta guerra civil. No continente Africano em geral, são poucos os países onde as instituições democráticas funcionam, por isso, se na Guiné-Bissau a democracia está pouco consolidada, obviamente que não se trata de um caso singular.

Os sistemas políticos Africanos encontram-se praticamente dominados pela corrupção, clientelismos políticos. Esse é um problema que não é recente. Após as independências, os pequenos Estados Africanos optaram em larga escala pelo chamado Socialismo

africano¹, e por conseguinte, pela corrupção generalizada. São muitos os indícios de que os ²líderes políticos africanos, viajam para fora dos seus países com o objectivo de depositarem dinheiro em bancos estrangeiros; as ajudas internacionais muitas vezes não chegam às populações ditas mais desfavorecidas, porque são desviadas. As desigualdades sociais são cada vez maiores, enquanto a maioria das populações vive na extrema pobreza com menos de um dólar americano por dia, existe um grupo restrito de indivíduos de entre os quais se destacam políticos e homens de negócios que têm vida de luxo.

Sem dúvida que a marginalização social em resultado da pobreza extrema, leva à rebelião, fomentando instabilidades políticas em resultado das inquietações no seio das populações, muitas vezes com ameaças de pretextos. A situação agudiza-se ainda mais quando os governantes recorrem à repressão por meios policiais sobre as massas quando tentam fazer qualquer tipo de greves, assistindo deste modo à violação sistemática dos direitos humanos. *“That corruption adversely impedes development is no longer an issue of debate. Cross-country empirical work has confirmed his negative impact on institutions, growth and productivity, policy process, property rights, and consequently, development. In several Africa countries, the effects of corruption have translated in to political instability, frequent regime changes, and unstable economic investment environment.”*³

III. METODOLOGIA

Na realização deste trabalho, como em qualquer trabalho de investigação em ciências sociais, recorreremos a dados estatísticos, do Instituto Nacional de Estatística do país, embora tendo em conta as características do país, há uma escassez enorme de dados disponibilizados, recorreremos pelo menos a uma entrevista, esta que nos foi concedida por um jovem guineense, o objectivo da entrevista é tentar recolher dados ou

¹ O “Socialismo africano” é um termo atribuído a vários países africanos depois de estes terem conseguido as independências políticas e em que os seus líderes consideravam esse modelo como uma rejeição do capitalismo e do soviétismo ou seja consideravam um regime político original, mas é certo que este socialismo foi “contaminado” pelo socialismo do modelo soviético. O Economista Francês François Perrux, é considerado o fundador do socialismo dito Africano, que posteriormente passou a ter vários defensores de entre os quais se destacaram: Ben Bella na Argélia, Lumumba no Congo- Kinshasa, N’ Krumah no Gana, Modibo Keita no Mali e Sékou Touré na Guiné-Conacri.

² KPUNDEN, Sahr J. – *Corruption and Corruption Control* in BOADI, E. Gyimah- **Democracy, Reform in Africa: The quality of progress**. London: Linne Rienner Publishers, 2004.p 121

³ Ibidem, p 121

informações no terreno, sobre o tema em debate, para não ficarmos unicamente presos às escassas literaturas existentes. A partir daí tentamos estabelecer algumas comparações, ou seja, comparações deste país com diferentes países dentro do continente Africano com destaque por exemplo, para o caso de Cabo Verde, por serem dois países mais próximos em termos de características, como a língua, indicadores económicos e, pelo facto de ambos serem dois Estados pós colonial, sujeitos a um poder da mesma metrópole; tendo ambos participado na luta de libertação nacional sob a égide de um único partido, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e que após o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, pôs fim à unidade política entre estes dois países. A partir dessa data cada um seguiu o seu destino. Hoje são dois países com realidades completamente diferentes. Nesse caso efectuamos uma abordagem histórico-comparativa entre esses dois países. Este método ajudou-nos a perceber, que muitos problemas que passaram a afectar o Regime Político guineense depois da liberalização política, têm origem nos períodos precedentes, ou seja, têm origem desde o período da luta de libertação nacional, passando pelo regime do partido único e por conseguinte, a sucessão para o período depois da transição política. Por outro lado, estabelecemos a comparação entre a Guiné-Bissau e outros países; países esses, desenvolvidos, mas que têm algo em comum com a Guiné, que é o caso dos Estados Unidos da América e do Canadá, que são à partida dois dos países mais multiculturais do mundo, mas cujas democracias funcionam de forma eficaz. Nesse ponto queríamos exactamente explicar que os problemas étnicos não constituem a verdadeira causa do fracasso das democracias, mas sim, constituem um problema à democracia quando associados a outros factores.

Por último, baseamo-nos nalguns manuais cujas questões, à partida não coincidem com as nossas, mas a partir dos quais e, através de uma abordagem crítica, conseguimos tirar alguns proveitos que contribuíram na realização do nosso trabalho.

Também analisamos alguns artigos escritos por especialistas em Ciência Política e Sociologia Política, bem como por juristas, que debruçaram sobre matérias da transição política na Guiné-Bissau.

IV. Guiné-Bissau: Uma breve apresentação geral

A Guiné-Bissau, é um país localizado na Costa Ocidental de África, com um território de 36.125km². Faz fronteira a norte com o Senegal, a este e Sudeste com a Guiné-Conacri e a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico. Do ponto de vista territorial, o país possui uma parte continental e uma outra insular, composta por um total de 80 ilhas (o Arquipélago dos Bijagós).

O país está mergulhado numa profunda crise económica, encontrando-se neste momento no grupo dos países mais pobres do mundo, uma das razões pela qual se explica a instabilidade política com que o país se tem deparado ao longo dos tempos.

A Guiné-Bissau usufrui de um clima tropical, com duas estações, uma chuvosa que vai de Maio a Outubro e outra seca para as restantes épocas do ano.

Em relação aos dados populacionais e de acordo com as últimas referências disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística daquele país (dados relativo ao ano de 2006), a sua população é de 1.357.200 habitantes, distribuídos por uma área de 36.125km (quadrado). Face à escassez de dados populacionais, que é um problema estrutural de qualquer país em via de desenvolvimento, baseando nas informações do livro de Onofre dos santos, o país é caracterizado por vários grupos étnicos culturais, na qual se definem 26 etnias, com relevo para os Fulas, Balantas, Mandingas, Manjacos, Papeis, Brames, Biafadas, entre outras (1996, p 28). Pode ver-se a percentagem de cada uma dessas etnias, através da recolha feita pelo autor em anexo. Do mesmo modo o país é caracterizado por várias religiões: muçulmana, animista, católica e outras (1996, p29). Também pode ver-se a percentagem em anexo de cada uma dessas religiões.

V. O Resumo da história político-constitucional Guineense

A Guiné-Bissau, foi uma colónia portuguesa desde o século XV, até 1974 (século XX), o país saiu de uma ditadura da direita do “Estado Novo”, para uma ditadura da esquerda do modelo soviético, até 1994, ano em que se realizaram as primeiras eleições multipartidárias.

O processo da independência ao contrário do que aconteceu nas colónias Britânicas, na Guiné-Bissau não foi pacífico, mas sim, por via da luta armada⁴, baseando-nos na visão das escolas estruturalistas, podemos dizer que é esta a razão, pela qual, a transição

⁴ Em todas as coloniais Portuguesa o processo foi o mesmo, na Guiné-Bissau, o processo foi levado a cabo pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, sobe a liderança de Amílcar Cabral; em Angola, foram três os movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA, FNLA), em Moçambique a FRELIMO e em S.Tomé e Príncipe, foi levado a cabo pelo Movimento de Libertação De S. Tomé e Príncipe Partido Social Democrata.

para a democracia demorou mais tempo. Nessas colónias, a ditadura demorou cerca de “15 anos.”

A história constitucional Guineense é a mais controversa comparada com a de outros países da África Lusófona. Foi profundamente marcada por rupturas, baseando na história política comparada podemos dizer que, a Guiné-Bissau, apresenta uma certa semelhança, com o sistema político constitucional Português, este último depois da revolução liberal de 1820 contra o absolutismo de D. Miguel, o seu constitucionalismo foi marcado por revoluções e contra-revoluções; no caso Guineense, a realidade é ainda mais complexa. Foi marcada por golpes de Estado, assassinatos políticos, nas lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder com base nas aspirações pessoais dos políticos. A rivalidade é tão grande no seio dos políticos guineenses, que mesmo na altura da luta de libertação nacional, o próprio PAIGC nunca foi um partido consensual. Houve sempre facções internas o que fragilizou muito o partido. A morte de Amílcar Cabral, de acordo com as investigações feitas até agora, foi obra de facções internas dentro da PIAIG, é apontado como uma das causas⁵. No ano de 1974, Portugal reconheceu a independência desse território Africano, e o poder foi entregue ao PAIGC. Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, assumiu o cargo de presidente do País, que seis anos mais tarde, ou seja, 14 de Novembro de 1980, sofreu um golpe de Estado levado a cabo pelo seu próprio Primeiro-ministro, João Bernardo Vieira (Nino Vieira)⁶. As razões que estiveram na origem deste golpe de Estado ficaram bem explícitas, e uma delas, como já o dissemos, os Guineenses sempre contestaram, a liderança dos mestiços Cabo-verdianos, nas estruturas do PAIGC; outra causa também apontada foi a crise económica que o país enfrentou com a governação de Luís Cabral; a terceira causa apontada, foi a insatisfação pessoal de Nino Vieira, com a redução de competências de acordo com a revisão no projecto constitucional de 1980 para o cargo de primeiro-ministro que ocupava.⁷ Ainda depois disso houve alguns indícios de tentativa de golpes de Estado, como por exemplo o caso que envolveu Paulo Correia, Viriato Pã e outros destacados elementos civis e militares, fuzilados por acusação de tentativa de golpe de Estado conta o regime de Nino Vieira. Foi nos anos 90 que se deu a transição política neste país. Nos anos de 1998-1999, o país caiu numa sangrenta guerra civil, que

⁵ Embora aqui, houvesse um outro factor conflituante, o descontentamento dos Guineenses, com a liderança dos quadros cabo-verdianos nas estruturas do PAIGC.

⁶ Ao longo do Trabalho vamos utilizar o nome Nino Vieira em vez de João Bernardo Vieira, uma vez que é o nome pelo qual é mais conhecido.

⁷ RODRIGUES, Luís Barbosa – *A Transição Constitucional Guineense*, p. 49

derrubou Nino Vieira do poder, mas é de salientar que um pouco antes da guerra civil, houve uma tentativa de golpe de Estado que fracassou. Na guerra civil, de um lado estavam os apoiantes de Nino Vieira e do outro lado encontravam-se os apoiantes do líder rebelde Ansumane Mané, que mais tarde foi assassinado. Depois desta grande tragédia na história política Guineense, em 1999, realizou-se a segunda eleição multipartidária, em que o grande opositor de Nino Vieira, Kumba Yalá, saiu vitorioso, mas a sua presidência também ficou marcada por incidentes graves, nomeadamente a falta de respeito pelos órgãos judiciais, a pobreza extrema e a acusação da "balantização" do poder uma vez que ele pertence à etnia Balanta. Considerado como incapaz de solucionar os problemas da população, sofreu um golpe de Estado em 2003, liderado por Veríssimo Seabra, na altura Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que também seria assassinado mais tarde. Em 2005 teve lugar a terceira eleição multipartidária na Guiné-Bissau, sendo que Nino Vieira após seis anos de exílio em Portugal regressou ao país, concorreu e ganhou as eleições.

Na Guiné-Bissau ainda hoje se vive um clima de intimidação no seio dos políticos, com as sucessivas tentativas de eliminações físicas entre os adversários políticos. O mais recente caso, é o assassinato de Lamine Sanhá, no dia 6 de Janeiro de 2007, o que incitou uma pequena vaga de violência em Bissau, quando o Deputado do PAIGC, Carlos Gomes Júnior afirmou publicamente, que Nino Vieira era o responsável por esse assassinato, o qual considerou tratar-se de um ajuste de contas com elementos da junta militar que o derrubou do poder em 1999⁸. É esta a realidade do Sistema Político Constitucional Guineense, que denota uma dificuldade tremenda na consolidação democrática, associado aos problemas económicos, entre outros.

VI. Qual é o regime Político Guineense?

De acordo com a Constituição da Guiné-Bissau, no artigo 1º diz, que o País é uma República Soberana, Democrática, Laica e Unitária⁹. De acordo com os indicadores, nos quais podemos medir se um país é democrático ou não, Guiné não se define como um Estado Democrático. Convém salientar que o país tem-se deparado com vários

⁸ Correio da Manhã, 11 de Janeiro de 2007.

⁹ Ver os principais capítulos da constituição da Republica da Guiné, em anexo.

problemas, o que faz com que a "democracia Guineense", seja pouco consolidada, problemas esses que vamos abordar ao longo deste trabalho, e vamos propor o nosso ponto de vista, do que é necessário fazer para que a Guiné-Bissau, possa vir a ter uma democracia estável, comparando com Cabo Verde por exemplo. Os principais problemas que afectam o regime político Guineense são: questões étnicas, pobreza, um fraco desenvolvimento do capital humano, lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder baseadas nas aspirações pessoais. Nós aqui não queremos pôr em evidência, que estas são as possíveis causas que põem em causa o funcionamento da democracia, até porque temos muitos países que nas suas democracias, encontramos pelo menos um desses factores, a título de exemplo não esqueçamos, que os Estados Unidos de América¹⁰ e o Canadá, são dois dos países mais multiculturais do mundo, mas no entanto as suas democracias funcionam de forma eficaz. Cabo Verde é um País pobre, mas no entanto tem um exemplo de democracia, que se aproxima ao dos países da Europa. O que queremos deixar bem claro é que quando esses factores se verificam em simultâneo, aí colocam sérios problemas no que tange ao funcionamento da democracia. É esse, de facto, o problema da Guiné-Bissau.

Houve uma transição política nos anos 90, o que não significa necessariamente, que houve uma transição para a democracia¹¹, mas sim uma transição para uma democracia do tipo não consolidada, bastante frágil e que se enquadra na “ terceira vaga” da democratização, dos anos 90. Doravante, dizer que Guiné-Bissau é um regime democrático é uma questão de formalidade, porque na prática não funciona. Por isso os pontos seguintes constituem conjuntos de indicadores, que tentam, de facto, explicar que esse país africano ainda não se enquadra nos chamados países democráticos.

VII. Os principais factores que impedem a consolidação democrática na Guiné-Bissau:

¹⁰ Em relação aos Estados Unidos salienta-se, que isso se deve à assimilação da cultura uma vez que muitas pessoas, de diferentes pontos do mundo foram para lá viver (Dahl, 2000 p174), mas mesmo assim os Estados Unidos tiveram que enfrentar uma guerra civil. Ainda o mesmo autor acima supracitado aponta o exemplo da Suíça, que tentou solucionar a solução da multiculturalidade por via da separação (federação), contudo este projecto ou solução é inviável em países pobres como a Guiné.

¹¹ Foram muitos os países em que se deram transições políticas, por exemplo de uma ditadura para uma outra forma de ditadura, ou países em que houve uma transição para a democracia, que fracassou, voltando novamente para uma ditadura, ou seja temos que ter em conta que essa transição política não é um processo linear.

1. As lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder

“Os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal, quer das lutas e tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseadas na luta pelo poder”¹²

Em primeiro lugar convém-nos salientar, que já no decurso da guerra colonial, houve militares Guineenses, que colaboraram com as unidades metropolitanas; militares esses que, após a independência constituíram uma das fontes de conflito neste país. Aliás um dos grandes líderes que antecedeu mesmo a Cabral, e que no decurso da mobilização para a luta armada se tornou no braço direito de Amílcar Cabral, foi preso antes da independência da Guiné-Bissau, devido à sua actividade nacionalista. Depois da independência voltou a ser perseguido e preso pelas autoridades do seu próprio país, por traição ao partido durante a luta de libertação nacional e de suspeita no seu envolvimento no assassinato de Amílcar Cabral, estamos a falar de Rafael Barbosa. Em relação a isso, existe um vasto leque de investigações levadas a cabo por historiadores, cientistas políticos, jornalistas de investigação, que consideram Rafael Barbosa como um presumível, colaborador no assassinato de Amílcar Cabral.

Por outro lado os Guineenses sempre contestaram a liderança dos quadros Cabo-verdianos nas estruturas do PAIGC. Neste ponto, convém-nos referir que o próprio, General Spínola, considerou que na altura da guerra colonial na Guiné-Bissau ele tentou aproveitar, a fragilidade do PAIGC por causa das suas divergências ou guerrilhas internas. Estas são algumas abordagens históricas que nos permitem dizer que de facto a questão das guerrilhas internas no seio do povo Guineense, não é algo recente, mas sim algo que remonta de longo tempo.

No que tange às rivalidades entre Guineenses e Cabo-verdianos, foram marcadas por alguns incidentes graves, segundo Luís Cabral citado, por Guilherme Severino: *“a capital da República da Guiné foi palco de manifestações de racismo por parte de alguns “compatriotas” contra os Cabo-verdianos, fazendo crer aos responsáveis Guineenses e a algumas embaixadas que eram eles os verdadeiros representantes da Guiné e Cabo Verde, acusando ainda Amílcar Cabral de se opor à formação dos*

¹² ZEVERINO, José Rodrigues Guilherme- *O conflito Político Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*, PP25

verdadeiros guineenses”¹³. A agitação na altura era tão forte, o que fez com que os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas, como por exemplo o Movimento de Libertação Popular Para a Liberação de Angola (MPLA), aconselhassem Amílcar Cabral, a transformar o PAIGC num partido da Guiné (Zeverino:2005 p34). Amílcar Cabral foi assassinado a 20 de Janeiro de 1973. As teses defendidas até agora, apontam como causa do seu assassinato as rivalidades entre Guineenses e Cabo-verdianos, que acabaram por ser aproveitadas pela PIDE (Polícia Internacional da Defesa do Estado)¹⁴ na eliminação física de Amílcar Cabral¹⁵

Essa rivalidade só chegou ao fim com o Golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, que afastou Luís Cabral da presidência do país.

No entanto ficou mais que provado, que o problema Cabo-Verdiano, não era a principal causa da instabilidade política no interior do PAIGC, uma vez que mesmo com o afastamento de todos os mestiços Cabo-verdianos na direcção do PIAGC, os problemas persistiram. Algum tempo depois, do golpe do Estado de 1980, Nino Vieira afastou um dos seus maiores apoiantes nesse Golpe de Estado, Victor Saúde Maria, que na altura exercia o cargo de Primeiro-ministro, por indício de envolvimento num movimento golpista. Aqui começa-se a provar, de facto, a questão das dinâmicas pelo acesso ao poder na Guiné-Bissau, porque as tentativas de golpes de Estados falhados e alguns concretizados, marcaram a cena política Guineense.

No ano de 1985, verifica-se um outro incidente no interior do PAIGC, no qual foram detidas 60 pessoas, acusadas de conspiração: *“Para além das clivagens entre negros e mestiços, que marcam a evolução do PAIGC desde o período da luta de libertação nacional, a oposição de personalidades no seio do partido, foi um elemento chave de aprofundamento da crise nos anos 1994-1998.*¹⁶ Essa questão de lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder e a própria crise interna no interior do PAIGC sucedeu-se no período pós liberalização política. As guerrilhas internas de maior intensidade no seio do PAIGC registaram-se no VI Congresso do partido, em pleno período da “democracia”, que antecedeu a guerra civil 1998/1999. Uma das pessoas que estava no Congresso, Malam Bacai Sanhá chegou a dizer: *“foi o pior congresso do partido. Decorreu num*

¹³ Zeverino, cit. PP 33

¹⁴ Polícia Política que vigorou durante o “Estado Novo”

¹⁵ O assassinato de Amílcar Cabral, ainda é um mistério, até agora não se sabe efectivamente quem é o verdadeiro autor moral do crime, por isso as teses que até agora foram defendidas, são apenas especulações.

¹⁶ Zeverino cit., p.22

*clima policial com ameaças e saímos mais divididos do que entramos*¹⁷. Com deputados a ameaçarem baterem noutros e com o presidente Vieira a atacar a governação de Saturnino da Costa (...) é adiante que os adversários de Nino queixaram-se de que a segurança não só criou um clima de receio entre os delegados do Congresso, como permitiu a entrada de mais quarenta “delegados” que ninguém sabia quem eram e quando algum opositor de Nino queria usar da palavra interrompiam-no imediatamente e obrigavam-no mesmo a calar-se. Estes são casos que vamos desenvolver nos pontos seguintes.¹⁸

2. O Multipartidarismo na Guiné-Bissau e a atitude do então Presidente do Conselho de Estado perante tal situação¹⁹.

A ditadura surgiu em Roma e a ideia era que só se podia estabelecer a ditadura, em casos excepcionais, ou seja, quando houvesse algum problema estabelecia-se esse regime político até que a situação se normalizasse, e era num curto período de tempo. Nesse país a única pessoa que estabeleceu uma ditadura mais longa foi Júlio César. No entanto, todas as ditaduras que surgiram, sempre defenderam essa ideia, que a ditadura é uma exceção, só que na prática assim não acontece. Acedem ao poder e não querem mais sair.

Na Guiné-Bissau, a transição política demorou muito tempo, estabeleceu-se uma ditadura de 1973 a 1994, 21 anos. No entanto, nos anos 90 Nino Vieira, resolveu iniciar o processo da democratização da Guiné-Bissau. Dessa iniciativa colocamos algumas questões:

- Nino Vieira sempre preferiu um regime democrático para a Guiné-Bissau?
- Por que só depois de 21 anos resolve implementar um regime democrático na Guiné-Bissau?

Não podemos esquecer que a Guiné-Bissau iniciou o seu sistema Político-Constitucional, com uma ditadura de esquerda do modelo soviético²⁰, o artigo 4 da

¹⁷ Malam Bacai Sanhá in "NOBREGA, Álvaro - **A luta pelo poder na Guiné- Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003

¹⁸ Nóbrega., cit p. 279

¹⁹ Nesse ponto queremos mostrar como a transição política nesse país, foi fortemente marcada pela personalização.

²⁰ Para além das influências do socialismo soviético muitos líderes africanos justificam o partido único, como forma de resolver os problemas de carácter étnico e religiosos, ou seja consideravam que estas só poderiam ser ultrapassadas pela força unificadora do partido único.

Constituição, deste país, considerava o PAIGC, como núcleo dirigente sobre o Estado e a sociedade, esta é uma herança soviética, que dominou o chamado “Socialismo Africano”.

Face a este aspecto, Nino Vieira, nunca consentiria em dar abertura ao multipartidarismo, nesse país africano. Face à situação económica do país, à queda do Muro de Berlim²¹, e o aparecimento das democracias nos países vizinhos ou lusófonos, como Cabo Verde e São-Tomé e Príncipe, Nino Vieira começou a sentir o seu isolamento internacional. Perante tal situação manteve sempre a sua intencionalidade de permanecer no poder, já com uma certa aspiração pessoal porque para além dos factores que acima mencionamos que contribuíram para a liberalização do regime, já se instalava uma certa crise no interior do PAIGC. Não havia consensos entre os seus dirigentes, isso veio a comprovar-se mais tarde, com as divergências entre Nino Vieira e Manuel Saturnino da Costa²². Por outro lado não há carisma que consegue caminhar a longo prazo baseado num aparelho repressivo e de pobreza extrema, que foi o caso da Guiné durante o Partido único²³

É certo que o golpe de Estado, de 1980, liderado por Nino Vieira, denominado de “Movimento Reajustador”, que o próprio justificou com o objectivo de resolver os problemas de cariz económico que o país enfrentou durante a governação de Luís Cabral, não conseguiu cumprir este objectivo. As situações continuavam complicadas e o descontentamento popular era elevado, logo, o então Presidente do Conselho de Estado, concluiu que o regime era insustentável, ou seja, face ao descontentamento popular podia cair a qualquer momento.

²¹ Deixando praticamente de receber dinheiro de Moscovo, os países africanos enfrentando grave crise económica e alimentar, começaram nos anos 80 a procurar apoios financeiros nas potências ocidentais, estes últimos começaram a determinar o sentido das reformas estruturais da economia, obviamente também reformas políticas (Democracia e Capitalismo)

²² “Na sequência das primeiras eleições multipartidárias, vencidas pelo PAIGC em 1994, este decidiu –se profundamente na altura da escolha do Primeiro-Ministro e da formação do primeiro governo democraticamente eleito. O carácter sério desta crise foi evidenciado pelo recurso à votação do conselho nacional do partido para a escolha do chefe do governo. O secretário nacional do partido, Manuel Saturnino da Costa, foi eleito Primeiro-Ministro, derrotando Carlos Correia, o candidato preferido pelo Presidente da República, Nino Vieira. Este episódio, que para alguns era um aprofundamento da democracia interna do PAIGC, foi considerado por outros como uma profunda divisão e incapacidade para construir consensos. (Zeverino, 20003, p57)

²³ Isso não quer dizer, que a democracia trouxe benefícios, para este país. Aconteceram cenas mais controversas, como por exemplo, a guerra civil de 1998-1999. O que queremos mostrar aqui, é até que ponto, a estratégia de acesso e da conservação do poder é relevante nesse país. De facto Nino Vieira permaneceu no poder, porque ganhou a primeira eleição multipartidária, que foi realizada nesse país.

Para evitar o crescimento do descontentamento popular, a liberalização política era inevitável (Rodrigues, 1995 p 135). No discurso de Nino Vieira na 3ª reunião ordinária do Comité Central, de 27 de Agosto de 1990, ele deixou bem claro esta realidade: “*se nós decidirmos pela manutenção do “status quo”, ou seja, o divórcio entre a realidade económica e os imperativos políticos, teremos como resultado o reforço do aparelho policial de segurança para fazer face à contestação crescente que inevitavelmente daí surgirá, o que efectivamente não estará nos nossos propósitos*”²⁴. Todos os processos de transição política na Guiné-Bissau, foram verdadeiramente pessoais e não institucionais, como salienta o Cientista Político togolês, há muito radicado na Guiné-Bissau, Fafali Koudawo (2001), porque tudo girou à volta do presidente da República, na altura Nino Vieira, ou seja, se este continuaria ou não no poder; se o partido iria ou não continuar a governar o país etc., até porque como já o dissemos, na altura, já havia uma crise no interior do PAIGC, que também para muitos, se engloba nas causas que culminaram com a liberalização política, por isso, aos olhos dos analistas políticos, o então presidente da República tinha toda a intenção de conservar o seu cargo na presidência da República com base nas aspirações pessoais. No entanto, essa intenção de Nino Vieira, em relação à liberalização política do país, foi logo contestada, inclusive por pessoas muito próximas, dentro do próprio PAIGC. Foi o caso, por exemplo, de Vasco Cabral que defendia que o multipartidarismo tem certos perigos, particularmente no continente africano, apontando algumas consequências como o “tribalismo” ou mesmo situações como a guerra civil (Rodrigues, 1995,p.70). Não *queremos* à partida comprovar a ideia deste político Guineense, mas o resultado da implementação do multipartidarismo na Guiné-Bissau, não foi surpreendente, tendo em conta os acontecimentos dramáticos que marcaram a cena política, após esse período. Esse é um assunto que vamos abordar logo de seguida neste trabalho.

3.“Democracia”, etnias e dinâmicas de lutas pelo acesso ao poder (1994-2008)

²⁴ Nino Vieira – Discurso na 3ª reunião ordinária do Comité Central, de 27 de Agosto de 1990, cit. por Luís Barbosa Rodrigues, p133.

Muitos cientistas políticos e não só, têm defendido que as etnias constituem um obstáculo feroz, no sentido de implementar um regime democrático, obviamente, os problemas asiáticos e africanos encontram-se no centro destes debates²⁵.

A Guiné-Bissau é um exemplo claro desta realidade. Durante o regime do partido único (PAIGC), nunca se conseguiu garantir a unidade nacional, exactamente por questões étnicas, ou seja, deparou-se sempre com problemas de facções. A única pessoa que conseguiu ir mais longe em busca da unidade nacional foi o líder histórico do partido, Amílcar Cabral ao conseguir mobilizar as massas para a luta de libertação nacional. Também a liberalização política não conseguiu escapar a essa realidade, isso remete-nos para um ponto anterior deste trabalho, quando focalizamos o ponto de vista de um político Guineense, a alertar para os problemas políticos e sociais que a liberalização política podia trazer.

Logo após a abertura ao multipartidarismo, no próprio decorrer das campanhas eleitorais, apesar de os candidatos, mostrarem aparentemente que a preocupação deles era garantir a unidade nacional, inclusive utilizando a figura política carismática e incontestável de Amílcar Cabral, os discursos políticos eram claramente de carácter eleitoralista-étnico: *”No fim da segunda volta das presidenciais, agitando os 40% de Balantas existentes na Guiné-Bissau, Koumba Yalá afirma que não haverá lugar para novas situações como a de Paulo Correia – um dos militantes do PAIGC dessa etnia, morto em 1985, acusado de tentativa de golpe de Estado”*²⁶ Este é um exemplo concreto que mostra a forma como o factor étnico é encarado pelos líderes políticos Guineenses.

No entanto, há pessoas que dizem que é o contrário, ou seja, que são os cidadãos, que se predispõem a eleger candidatos de suas etnias, uma vez que se sentem melhor representados a nível nacional, e que possivelmente, sentem-se beneficiados com isso: *“Kumba Yalá, no acto das campanhas apesar de pertencer a uma etnia que possui uma maior percentagem na população (etnia Balanta), nem sequer se preocupa em ir às regiões onde existe a maior parte do eleitorado de etnia balanta, porque sabe a priori que os votos já estão garantidos. Talvez vá procurar votos de outras etnias, tendo em conta que a etnia balanta apesar de ser mais representativa a nível populacional de que as outras etnias, não representa em números eleitorais a maioria da população, ou*

²⁵ É mais provável que as instituições políticas democráticas se desenvolvam e mantenham num país culturalmente bastante homogéneo do que num país com subculturas diferenciadas e em conflito. (Dahl, 2000,p172)

²⁶ Rodrigues, cit. p.124

seja, que dá para vencer uma eleição.” ²⁷ No entanto, mesmo perante a questão se são os candidatos a cargos políticos na Guiné-Bissau que fazem discursos de carácter étnico-eleitorais no acto das campanhas, ou se são os cidadãos que se predispõem a eleger candidatos das suas etnias, nenhum destes actos contribui para uma verdadeira democracia. É assim que vai iniciar uma nova era no sistema constitucional Guineense, que para além de lidar com problemas de pobreza, vai encarar um novo desafio, de tentar encarar uma “Democracia”, onde a sociedade está profundamente dividida por etnias.

Na sequência disso, após três anos de governação, Nino Vieira, que saiu vitorioso nas primeiras eleições multipartidárias no país, é derrubado do poder, mediante um golpe de Estado, liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, o que levou o país a uma sangrenta guerra civil. Contudo, não esqueçamos que o autor que liderou o golpe de Estado, pertence a uma outra etnia, mandinga, e que também contou com a colaboração de pessoas pertencentes à etnia balanta, na altura 24% da população Guineense, estes últimos foram os principais colaboradores de Amílcar Cabral na luta de Libertação Nacional e que foram excluídos do poder no Governo de Nino Vieira (Teixeira, 2007). Após o derrube de Vieira deu-se um curto período de transição sobe a presidência de Malam Bacai Sanhá, de etnia bafada, com o consentimento do brigadeiro Mané, pertencente à etnia, mandinga.

Em 1999 Kumba Yalá, é eleito democraticamente. Em 2003 foi afastado do poder, em resultado de mais um golpe de Estado neste país. Na sequência deste Golpe de Estado, o país ficou profundamente dividido: de um lado uns militares que ficaram ao lado do brigadeiro Mané, na sua grande parte pertencentes à etnia Mandinga; do outro lado, aqueles que ficaram ao lado de Kumba Yalá, na sua grande parte soldados pertencentes à etnia balanta, com receio de que com este acontecimento seriam novamente marginalizados como aconteceu durante o governo de Nino Vieira (Teixeira:2007).

O autor que liderou o golpe de Estado, que afastou Kumba Yalá do poder, foi assassinado em 2004 por um grupo de militares, o que aponta para um presumível ajuste de conta em resultado da deposição de Yalá. Também não podemos esquecer que Kumba Yalá durante a sua governação foi acusado de “Balantização”, uma vez que os balantas constituíam cerca de 24% da população. Até aqui, mostra-se claramente a

²⁷ Trecho de uma entrevista, que nos foi concedida por André, no dia 04 de Fevereiro de 2007, na sala 04 da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa.

instabilidade política e a falta de continuidade dos governos no sentido da implementação de políticas públicas nesse país, uma vez que os governos não conseguem terminar os seus mandatos (período pós-liberalização política).

4. A falta do desenvolvimento do capital humano na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau apresenta um dos piores indicadores do desenvolvimento do Capital Humano, o que significa que está muito abaixo da média Africana. Historicamente este país sempre teve problemas com a educação, convém-nos lembrar que a Guiné-Bissau foi uma das colónias portuguesas, a cujo povo foi atribuído, pela Administração colonial, o estatuto de indígena, por isso, não teve o privilégio do acesso à educação, como aconteceu por exemplo em relação a Cabo Verde, cujo povo era considerado como civilizado pela Administração colonial, recebendo um estatuto quase semelhante aos da metrópole²⁸, talvez por isso, a Guiné-Bissau tenha ficado sempre atrasada do ponto de vista educacional.

Como sustenta Maria do Céu Monteiro, a Guiné-Bissau apresenta-se assim como uma das ex-colónias mais prejudicadas em termos do esforço colonial no sentido de “civilizar as populações sob sua dominação” (Monteiro, 199,p 13). Este foi um problema que afectou praticamente todas as ex-colónias europeias, tendo em conta que o objectivo dos europeus na altura, ou seja, durante a colonização, era manter, reforçar e dar continuidade à dominação colonial. Não havia um verdadeiro espírito de levar a “civilização” aos africanos, mas sim, garantir um mínimo de “europeização”, para facilitar a exploração económica. Essa europeização tinha que ser mínima porque senão, os africanos assimilariam com sucesso todas as técnicas, pondo em causa a dominação colonial.

Foi nessa conjuntura que a Guiné se tornou num dos países mais atrasados de África, do ponto de vista educacional, ou seja, o elevado nível de analfabetismo que hoje se verifica no país, é, em grande parte, o resultado das péssimas condições de ensino deixadas por Portugal.

É uma realidade que com independência do país houve um maior esforço no sentido de garantir a educação de forma equitativa para todos os guineenses, o que reduziu significativamente o número de analfabetismo comparando com o nível de educação

²⁸ Embora, isso era tratado com um certo exagero por parte do regime, ou seja uma propaganda para dizer que tudo ia bem nas colónias, quando se refere o exemplo de Cabo Verde.

levado a cabo pelo governo colonial, mesmo assim este país até agora enfrenta grandes problemas no que tange à educação. Ora bem, é evidente, que nos regimes onde a taxa de analfabetismo é elevada, sobretudo no caso de Guiné, que é fortemente marcado por divisões étnicas, as dificuldades de implementação e de consolidação da Democracia são maiores, queremos dizer com isto, que é difícil fazer funcionar a Democracia, sem que o povo tenha o mínimo conhecimento da cultura política democrática.

Neste ponto vamos contra os clássicos (Tucídides e Péricles) que consideram que a Democracia deve vir de cima, por conseguinte, vai educar o povo. Casos desses muitas vezes levam à anarquia. Fazendo um recuo no passado, é de referir que mesmo na luta contra a ocupação portuguesa, um dos principais problemas com que os líderes políticos depararam, foi de como sensibilizar as massas na sua maioria analfabetas, para assumirem um patriotismo, para poderem combater contra a ocupação estrangeira. Sendo assim, podemos ver que nessas circunstâncias, ou seja, com divisões étnicas e com taxas de analfabetismo elevadas, o garante da unidade nacional, torna-se numa questão cúmplice, e sem o garante da unidade nacional, constitui um obstáculo severo ao Estado de Direito democrático.

Por outro lado, assiste-se a um grande problema neste país, que é a questão do recrutamento das elites políticas, ou seja, muitas vezes estas são recrutadas com base nas identidades étnicas, ou simplesmente, em resultado do patriotismo (pelo facto por exemplo, de uma pessoa ter participado na luta de libertação nacional). Isso fez com que o país fosse servido por uma elite política medíocre, pouco preparada para responder às demandas das populações.

Se repararmos bem na história política Guineense, facilmente podemos constatar, que as elites políticas são sempre as mesmas, e são antidemocráticas. São elas que ao longo dos tempos se dedicaram unicamente às lutas internas pelo acesso ao poder, esquecendo-se das necessidades básicas das populações.

Com base nesse pressuposto, muitos são os analistas políticos, que defendem uma reforma do processo político guineense, reforma esta que tem que passar pelo recrutamento de elites políticas melhor preparadas, ou seja, dar uma atenção especial aos jovens com formações universitárias em detrimento dos ex-combatentes e dos militares que também, têm participado no governo.

5. A participação cívica dos Guineenses nos sistemas eleitorais, a existência dos partidos políticos e as suas controversas.

Apesar dos problemas que afectam o regime político Guineense, a participação cívica dos eleitores no “processo democrático”, tem sido sempre elevada, não esqueçamos a título de exemplo, que nas primeiras eleições multipartidárias, mesmo com a deficiência dos recursos para a realização das mesmas, problemas que são estruturais de qualquer país em vias de desenvolvimento, sobretudo quando é a primeira vez que isso acontece, o que dificultou imensamente o funcionamento das urnas, o povo Guineense manteve-se sempre determinado em conhecer o seu direito de voto (Santos, p 212).²⁹

*“Contudo, com uma persistência e uma determinação de ferro, os eleitores Guineenses não abalaram e, ou recorrendo a deixar nos seus locais de extensas filas de espera, uma pedra, um pedaço de madeira ou até um objecto pessoal, como um sapato, deambulavam pelo local, conversando, animando os pequenos comércios improvisados, comendo um pão ou bebendo uma cerveja, mas sempre com o olho na estrada ou ouvido colado ao transístor escutando e retransmitindo as notícias de um acto, que tinha a consciência e a fé de que custasse o que custasse, tinha de ser realizado”*³⁰

É de salientar por exemplo, que de acordo com o resultado das eleições legislativas e da primeira volta das presidenciais (as primeiras eleições multipartidárias nesse país), registou-se o seguinte: *“o número de votantes foi de 357682 para um universo de eleitores registados de 400417, sendo o número de votos brancos 38548 a que acresceram 10511 votos nulos”*³¹. Isso, pelas nossas contas equivale a uma participação de 89%³² do eleitorado, o que permite dizer que em relação à participação cívica dos cidadãos nos actos eleitorais, não constitui uma clivagem ao funcionamento da democracia neste Estado Africano.

Para além da elevada participação dos cidadãos nos actos eleitorais, o regime político guineense, destaca-se por um elevado número de partidos políticos. Convém-nos lembrar, que nas primeiras eleições multipartidárias, estimavam-se cerca de 13 partidos políticos, entre eles:

²⁹ Os problemas maiores registaram - se mais em Bissau

³⁰ Santos, cit., pp. 212

³¹ Santos cit., pp. 230

³² Ver a tabela, com essas informações mais detalhadas.

- União para Mudança (UM);
- Frente Democrática (FD);
- Frente Democrática Social (FDS);
- Liga Guineense da Protecção Ecológica (LIPE);
- Movimento para a Unidade Democrática (MUDE);
- Partido Democrático do Progresso (PDP);
- Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD);
- Frente de Libertação da Guiné (FLING);
- Partido de Convergência Democrática (PCD);
- Partido Unido Social-Democrata (PUSD);
- Fórum Cívico Guineense Social-Democracia (FCG-SD).

Contudo temos que saber, que um regime democrático, não se caracteriza simplesmente pela realização de eleições regulares³³, ou pela existência de uma variedade de partidos políticos.

Um primeiro ponto, que queremos deixar bem claro aqui, é que há mais de uma década, que se deu a transição política na Guiné-Bissau, mas o certo é que nenhum dos governos até agora, conseguiu terminar o seu mandato, ou seja, isso parece totalmente controverso com as informações que apresentamos sobre a elevada participação dos cidadãos nos actos eleitorais e da existência de uma variedade de partidos políticos, porque não são os cidadãos, que tiram um determinado governo do poder através das eleições, mas sim, os governos são afastados do poder de uma forma não pacífica, ou seja, através de golpes de Estados, inclusive um destes fez o país cair numa sangrenta guerra civil.

Seguindo a definição da Democracia de Shumpeter, na qual considera que os regimes democráticos são aqueles onde há uma fonte de legitimidade popular, ou seja assente na vontade popular através das eleições. Sobre a responsabilidade dos governantes; a substituição dos governantes perante os governados é feita de forma pacífica e sem derramamentos de sangue. A existência de uma estrutura política concorrencial, também pressupõe o exercício dos direitos civis e políticos, direitos sociais³⁴. Baseado nesse conceito de democracia, a Guiné-Bissau, não se caracteriza como um regime democrático, porque isso realmente não tem acontecido. Isso, permite-nos dizer, que

³³ Na Guiné-Bissau nem se pode falar de eleições regulares, por causa dos golpes de Estado

³⁴ SHUMPETER, José - *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: Routledge, 2006

esses mecanismos, ou seja, a existência de partidos políticos; elevadas participações dos eleitores nos sistemas eleitorais; a existência de uma Constituição escrita, não deixam de ser apenas elementos formais, no Regime Político guineense, porque na prática realmente não funcionam. Em relação à própria Constituição guineense, do ponto de vista do direito constitucional, não deixa de ser uma Constituição nominal, porque existe, mas não funciona de forma eficaz, não é respeitada, e no Estado de direito democrático deve sempre ser entendida como uma lei suprema, em que todos os actos políticos têm que se basear nela.

Como disse o estudante Guineense de Sociologia Política no Brasil, Ricardino Teixeira que já citamos várias vezes neste trabalho, a democracia é um sistema de governo no qual existem divergências, vencedores e perdedores (2007).

6. Os indicadores sócio-económicos e sua repercussão no que tange à consolidação da Democracia na Guiné-Bissau.

Regra geral a democracia é bem sucedida nos países ricos, muitos chegam ao ponto de estabelecer uma correlação positiva ou melhor dizendo, uma variação directamente proporcional entre o desenvolvimento económico e a democracia. *“A maioria dos países ricos são democráticos, e a maioria dos países democráticos com a excepção da Índia são ricos. A correlação entre a riqueza e a democracia implica que as transacções para a democracia devem ocorrer principalmente nos países num nível intermédio de desenvolvimento. Nos países pobres a democratização é impossível, nos países ricos, o mais frequente é já ter acontecido* (Huntiwgton, 1991) Não obstante a isso, existem casos excepcionais, por exemplo Cabo Verde, onde o país ainda se encontra num patamar dos países em vias de desenvolvimento, mas as instituições democráticas funcionam, tipo do modelo Europeu. Em relação à Guiné-Bissau, configura, nas teorias estruturalistas, ou seja, naquela teoria que apresenta vários fundamentos de que um país pobre não pode funcionar a Democracia³⁵. Longe de nós fazer uma abordagem do tipo estruturalista ou de contingência. Vamos fundamentar com base nos factos e dados estatísticos e tomando exemplos de consequências

³⁵ São chamadas teorias estruturalistas, aquelas em que para haver um regime democrático tem que existir algo nesta sociedade, tal como elevados níveis de indicadores económicos; a existência de uma burguesia forte, etc. Em oposição às chamadas teorias da contingência, na qual consideram que para haver a democracia num país não é necessário que se verifique algo a longo prazo, mas sim pode acontecer através de um processo mediático como por exemplo a negociação entre os dirigentes políticos.

concretas, que permitam comprovar de facto, que a pobreza sempre representou um grande perigo ou clivagens às instituições democráticas. Após a independência do país nos anos 70, sob a presidência de Luís Cabral, a Guiné-Bissau chegou a enfrentar crises económicas, o que fez com que o "Nino Vieira" fizesse um golpe de Estado, justificando como causa, os problemas económicos que acima mencionamos, embora as origens do golpe de Estado, tivessem por base outras causas. Contudo, o regime de partido único liderado por "Nino Vieira", também não resolveu de forma alguma os problemas básicos da população; as pessoas continuaram a viver numa pobreza extrema, surgindo deste modo várias inquietações, que como fizemos alusão num dos pontos anteriores, são entendidas como uma das causas da liberalização política neste país. *“Em 1983, perante uma situação caracterizada pela inflação, défice orçamental e da balança de pagamentos, baixa de produtividade e, sobretudo escassez de produtos básicos no mercado, a Guiné-Bissau vê-se impelida a concluir com o Fundo Monetário Internacional um acordo visando levar a cabo um programa de Estabilização Económica e Financeira”*³⁶ Nesse período ainda estávamos perante o Governo de "Nino Vieira"

Com a abertura ao multipartidarismo persistiram os problemas económicos, aliás o líder de um dos golpes de Estado ocorridos após a liberalização política; o golpe de estado que derrubou do poder Kumba Yalá, apresentou a questão económica como uma das causas. Com o défice de gestão financeira, o Banco Mundial e o FMI acabaram por suspender a ajuda económica.

Esse período ficou assim marcado por uma estagnação económica, com repercussão numa instabilidade política, como foi o caso de descontentamento no seio dos militares, e que originou deste modo o golpe de Estado. Ainda em relação a este ponto, enquanto se verificou uma "balantização do poder" em que o presidente, privilegiava essa etnia, à qual pertence, uma grande parte da população vivia numa pobreza extrema. Nessas circunstâncias o eclodir de um conflito político armado podia surgir a qualquer momento, aliás como disseram os bispos católicos do país, D. José Câmnete e D. Pedro Zilli: *“Na Guiné-Bissau, vivemos uma crise que se arrasta indefinidamente e que tende a agravar-se. A crise é económica social e política (...). A degradação das condições de vida das populações é geradora de instabilidade e uma permanente ameaça de conflitos, que importa prevenir e evitar”*³⁷. Isso é evidente quando uma população vive

³⁶ Rodrigues, cit., pp. 63

³⁷ D. José Câmnete e D. Pedro Zilli in Zeverino pp. 133

numa extrema pobreza como na Guiné-Bissau, a tolerância é zero. Um simples impasse político ou um qualquer acontecimento que pode até ser irrelevante do ponto de vista político pode dar origem a um conflito violento. E num país onde existe uma grande escassez de recursos, como a Guiné, surgem problemas de outra ordem que põem em causa o Estado de Direito, provocando uma profunda debilidade do Estado em matéria de fiscalização política, judicial e administrativa, com repercussão directa numa burocracia associada à corrupção nas estruturas estatais, dando lugar a fenómenos como clientelismos políticos; patrocínio de redes de contactos informais, agravando cada vez mais as desigualdades sociais e aumentando as tensões sociais; para além disso, o país sofre constantes recaídas que o deixam totalmente vulnerável, facilitando-se deste modo as redes de crimes organizados como o tráfico de drogas e as redes de tráfico de seres humanos, assim como, o país passa a servir de local privilegiado para os criminosos se esconderem. A propósito deste assunto, a Guiné-Bissau tem sido utilizada como ponto de trânsito do tráfico de drogas por causa da debilidade do Estado. Nessas circunstâncias, num país de pobreza extrema como a Guiné, com escassez de meios para uma fiscalização política, judicial e administrativa, o Estado torna-se numa figura apagada, existindo apenas formalmente, porque de facto, as suas instituições não funcionam.

O problema económico que o país enfrenta, em grande parte é o resultado de uma governação levada a cabo pelos seus dirigentes políticos, apesar de o país ser pobre em função daquilo que herdou do período colonial, o certo é que com a independência, apenas conseguiu garantir a sua autodeterminação política, mas em termos económicos não progrediu. Para comprovarmos esta situação podemos fazer uma comparação com Cabo Verde. Os dois povos lutaram juntos pela independência, após o fim da unidade política dos dois países em 1980, caminharam por caminhos completamente diferentes. Como questiona Fafali Koudawo: *“se na Guiné-Bissau a má governação levou até à guerra, teria sido a boa governação que soube manter a paz em Cabo Verde?”* (2001, p271). Este autor salienta por exemplo que, durante a governação de Nino Vieira, durante o regime do partido único, desenvolveu-se um sistema de governação, cujo principal sustentáculo, foi uma rede de relações extra-institucionais, nomeadamente os círculos de amigos; as densas teias de laços de parentesco; os grupos de laços de parentesco; os grupos de solidariedade entre camaradas de luta na mesma frente. Salientou ainda que as consultas informais feitas nesses meios paralelos passaram a primar sobre as instituições do Estado (p 271). *“Chegou-se a falar da primazia dos*

círculos informais do chão de papel sobre o aparelho do Estado”³⁸. Isso comprova de facto a má governação, em função de privilégios a determinados grupos étnicos, relembrando que Nino vieira faz parte da etnia papel (ocuparam os principais cargos políticos durante a sua governação no partido único). Essa tradição manteve-se no período da liberalização política, com o governo de Kumba Yalá, que foi acusado de “Balantização” do poder.

É precisamente esse conjunto de questões, sobretudo a pobreza, associada aos privilégios étnicos, que tem originado conflitos violentos neste país, pondo em causa o garante da unidade nacional e a consolidação do Estado de Direito democrático.

Uma outra questão que importa salientar, é que os países em vias de desenvolvimento, são alvos de ingerências externas, constituindo deste modo um dos elementos da conflitualidade e a Guiné não é uma excepção à regra. Por exemplo, nos anos em que se deu o conflito político militar neste país, 1998/1999, as ingerências estrangeiras da França e de Portugal, com interesses divergentes, contribuíram para reforçar os conflitos internos.

A França apoiou Nino Vieira e ficou mais que comprovado que o objectivo era salvaguardar alguns interesses vitais que a França tem no continente africano, bem como a sua tentativa de aproximação aos países africanos anglófonos e lusófonos.

Do mesmo modo podemos dizer, que a intervenção das tropas do Senegal e da Guiné-Conakry, ao lado do presidente da Guiné-Bissau, em oposição à “Junta Militar, fez com que houvesse um apoio maciço da população guineense aos militares revoltosos, o que contribuiu para intensificar o conflito armado.

Ainda voltando um pouco atrás no que se refere à elevada participação dos cidadãos nos sistemas eleitorais, algumas pessoas, inclusive cidadãos guineenses, consideram que isso não é, necessariamente, um bom sinal. Por exemplo, na realização deste trabalho, o cidadão guineense, que nos concedeu a entrevista relacionada com os aspectos sócio-políticos do referido país, salienta que, o analfabetismo e a pobreza têm uma repercussão profunda na participação dos cidadãos nos sistemas eleitorais. Para o nosso entrevistado, a grande adesão às urnas, sobretudo na primeira volta das eleições multipartidárias (as primeiras realizadas no país), não eram bem democráticas, porque muitos dos que foram votar nem sequer fizeram uma reflexão profunda antes de irem às urnas. Foram talvez, por influência das propagandas feitas durante as campanhas ou

³⁸ Koudawo, cit. pp.

pelas músicas, salientando ainda que na Guiné as pessoas são facilmente manipuladas na forma de exercerem os seus direitos de voto.³⁹

Esta é sem dúvida uma informação relevante, que nos permite dizer o seguinte: nos países em vias de desenvolvimento, em que uma grande parte da população vive sob os efeitos de uma pobreza extrema, os seus votos são comprados a um baixo custo durante as campanhas eleitorais; os candidatos aproveitam a fragilidade das pessoas, distribuindo um quilograma de arroz ou de açúcar, por exemplo, ganhando deste modo votos.

Isso fomenta os chamados “governos populistas”, ou seja, governos, que para garantirem a manutenção no poder, aproveitam-se dos bens públicos, distribuindo-os às camadas pobres, seguindo assim políticas informais, que nem sequer fazem parte dos orçamentos desses respectivos Estados, pondo em causa a eficiência administrativa.

Isso é certamente um problema da Guiné-Bissau, mas também, uma característica de um grande número de países em vias de desenvolvimento, como por exemplo o Brasil.

7. A participação dos militares na política Guineense, e por conseguinte a criação de facções

Os militares são sempre considerados criadores de facções, quando ao invés de contribuírem para a defesa nacional e a garantia da segurança interna optam por um envolvimento na vida política nacional. É o caso da Guiné-Bissau.

Os militares são demasiado politizados, e sempre que se verificam divergências internas, conflitos políticos etc., envolvem-se e o país divide-se em grupos rivais levando muitas vezes a consequências graves como a guerra civil (o exemplo do conflito político militar de 1998-1999), assim como ao golpe de Estado de 2003, que derrubou do poder Kumba Yalá.

Neste último incidente como referimos num dos pontos anteriores, os militares ficaram divididos em dois grupos rivais. De um lado, os que estavam do lado de Veríssimo Seabra e do outro, estavam aqueles que apoiavam Kumba Yalá.

³⁹ Esta entrevista foi realizada no dia 4 de Fevereiro de 2008, na sala 04 da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por um jovem Guineense estudante desta Faculdade, de nome André.

É certo que na Guiné-Bissau, muitos chegaram ao poder com apoio dos militares (Teixeira, 2007), assim como muitos foram derrubados do poder por via militar.

O mais grave é que nesse país sempre que acontecem actos eleitorais, os mesmos são contestados, ou seja, raramente são aceites e os militares são quem sempre se envolvem nesse jogo, considerado como uma postura antidemocrática.

Vejamos o exemplo de um caso em 2003. *“O Comité Militar da Guiné-Bissau, autor do golpe de Estado que derrubou Kumba Yalá, opõe-se à divulgação dos resultados das legislativas até que sejam avaliadas as reivindicações de todos os partidos. A posição dos militares foi assumida pouco depois de o Partido da Renovação Social (PRS), apontado como segundo classificado, ter anunciado que não irá reconhecer os resultados.”*⁴⁰.

Esta é uma realidade que tem marcado a cena política guineense. A situação é realmente tão preocupante, que quando qualquer líder político faz uma declaração política de carácter hostil, começam a ouvir-se apelos da comunidade internacional, porque teme-se que os militares possam estar ao lado deste político fazendo com que a turbulência reine no país, sobretudo quando se trata de líderes que têm um certo carisma, como é o caso de Kumba Yalá.

Por exemplo, a 15 de Maio de 2005, Kumba Yalá disse publicamente que iria retrain a sua renúncia ao cargo de presidente e que poderia retomar para ocupar o restante tempo do mandato que não conclui, uma vez que foi deposto mediante um golpe de Estado em 2003. Isso começou a gerar um certo clima de medo de que o país iria cair de novo num conflito armado.

O certo é que no final desse mês este político ocupou o palácio presidencial com um grupo de homens armados durante cerca de 4 horas, posteriormente, quando confrontado com esta situação negou que tivesse praticado tal acto.

Nas últimas eleições presidenciais (2005), Kumba Yalá, recusou aceitar os resultados e como consequência disso, houve cerca de quatro mortos no confronto que se registaram entre os seus simpatizantes e a polícia.

Na Guiné-Bissau os militares são considerados como inimigos da democracia e que é necessário e urgente estabelecer uma reforma nas respectivas Forças Armadas. Como diz Ricardino Teixeira: *“A solução para os golpes de Estado na Guiné-Bissau depende da profissionalização das Forças Armadas, de reorientá-las para missões externas, de*

⁴⁰ Publico, 14 de Setembro de 2003

reduzir a presença militar nos órgãos públicos, da criação de Centros de Treinamento para fortalecer técnicas de combate, de encorajar para a reserva oficiais analfabetos (acelerando a promoção de oficiais mais jovens e com alto grau de instrução, dotando-os de conhecimentos básicos sobre os direitos humanos e Estado de Direito), de criar mecanismos constitucionais que visem inibir o golpe de Estado, isto é, punir legalmente os seus responsáveis como forma de evitar o sucesso de um novo golpe de Estado (2007)”. Podemos acrescentar dizendo que para uma democracia funcionar de uma forma consistente, os conflitos ou as divergências de carácter político, devem ser solucionados de acordo com os ditames estabelecidos, ou seja, de acordo com as normas constitucionalmente consagradas e não por via da violência.

VIII. Conclusão

Chegados ao fim deste trabalho podemos tirar algumas conclusões gerais:

1. A Guiné-Bissau não é um país democrático, ou seja, apesar de as instituições existirem formalmente, na prática não funcionam ou funcionam de forma precária. Existe, sem dúvida, uma Constituição política, e que consagra no artigo primeiro, que o país é uma República Democrática soberana, mas os próprios constitucionalistas consideram que a respectiva Constituição não deixa de ser uma Constituição nominal;
2. Nesse país deu-se de facto uma transição política nos anos 90, mas não se deu necessariamente uma transição para a democracia, e sim a transição para uma democracia não consolidada. Com isso queremos alertar que um regime democrático não se resume a eleições regulares e à existência de uma Constituição política, mas sim, pela existência de muitos outros elementos que não encontramos no Regime Político guineense, tais como a estabilidade política, ou seja, a possibilidade de um governo conseguir terminar o seu mandato, e não ser derrubado mediante golpes de Estados; o acesso ao poder de forma democrática nesse país nem sempre se verificou, uma vez que muitos conseguiram lá chegar através de golpes de Estados, de uma forma não pacífica, inclusive houve casos de muitas perdas humanas lembrando por exemplo o que aconteceu na guerra civil de 1998- 1999;
3. O país está profundamente dividido em resultado das rivalidades étnicas, que acabam por repercutir directamente no processo democrático, por exemplo o fenómeno

chamado de " Balantização" do poder que aconteceu durante a governação de Kumba Yalá, e que também é um fenómeno que aconteceu durante o partido único sob o comando de Nino Vieira, que foi acusado de expulsar todas as pessoas de etnia Balanta do seu governo, dando maior atenção às pessoas pertencentes à etnia papel de que ele faz parte. Sendo assim, queremos dizer que muitos problemas que ainda hoje se verificam no Regime Político Guineense são heranças do período anterior à liberalização política, ou mesmo, do período anterior à independência do país;

4. Verificam-se nesse país muitas lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder com aspirações pessoais ou étnicas, factos que estão na origem dos muitos golpes de Estado que marcaram a sua cena política;

5. O país é caracterizado por uma elevada taxa de analfabetismo, o que coloca vários problemas sobretudo na questão da interiorização da cultura política democrática, constituindo um obstáculo à democratização do país; as pessoas são facilmente manipuladas a votar num ou noutro partido sem saberem verdadeiramente o impacto que os seus votos podem desempenhar futuramente, ou seja, a longo prazo;

6. O país também é caracterizado por um elevado nível de pobreza, o que tem originado alguns confrontos violentos, pelo facto de muitas vezes a pobreza ser tão extrema o que faz com que a tolerância seja zero;

7. As Forças Armadas deste país encontram-se totalmente politizadas, tornando-se assim em fontes de facções internas, fazendo com que os conflitos tenham uma maior dimensão. Os políticos preocupam-se sempre em mobilizar as Forças Amadas para que estes fiquem do seu lado;

8. A Guiné-Bissau foi sempre alvo de ingerências externas que acabaram muitas vezes por reforçar os conflitos, como o que aconteceu durante a guerra civil de 1998-1999, com a ingerência Portuguesa e Francesa;

9. No contexto da África Lusófona, a transição política na Guiné-Bissau, não é vista com bons olhos pelos analistas políticos, pelo facto de, nas primeiras eleições multipartidárias, a oposição não ter ganho as eleições. Talvez na África lusófona os dois casos excepcionais sejam os de Cabo Verde, em que o Movimento Para a Democracia ganhou as eleições e São Tomé e Príncipe, que na realidade foi mais ou menos parecido com Cabo Verde.

Sintetizando, podemos dizer mais uma vez, com base nestes pontos que o regime da Guiné-Bissau não é um regime democrático, se bem que após as últimas eleições presidenciais se tenha notado uma certa acalmia do ponto de vista político, há, no entanto, muito por fazer neste país, por exemplo no que tange à pobreza. Num documento publicado e referente ao ano de 2007 (Relatório do PNUD), este país ficou enquadrado na lista dos vinte países mais pobres do mundo.

É certo que a pobreza e a corrupção são indissociáveis, sendo assim, como é possível falar da existência de um regime democrático nessas circunstâncias? É óbvio que nesses países tal como a Guiné-Bissau em que a pobreza é extrema, quando muitas pessoas vivem abaixo da linha pobreza assiste-se a um certo desinteresse pela política e ao incumprimento dos verdadeiros valores da democracia.

A insatisfação popular faz com que os cidadãos, em busca da sua própria sobrevivência, acabem por utilizar meios ilegais para concretizar essa sobrevivência.

Não é por acaso que hoje se fala da crise do fenómeno político, porque os cidadãos já não confiam nos seus próprios governantes, tendo como consequência situações como: os cidadãos são manipulados ao exercerem os seus direitos de voto, quando são garantidos ou beneficiados com qualquer tipo de bens, por vezes irrelevantes; ou o país tem que se assumir com um elevado número de abstenção, embora o efeito da abstenção não se verifique no caso guineense.

Muitas vezes acontece que os próprios políticos já não são quem mandam, a economia encontra-se dominada pelos grandes empresários, sejam eles nacionais ou estrangeiros, que instalam suas empresas e exploram as pessoas.

Por último, resta-nos dizer que em matéria de comparação do caso guineense com os Estados Unidos e Canadá, estes dois apesar de serem dos países mais multiculturais do mundo, não são Estados frágeis; possuem poderes políticos eficazes e descentralizados por toda a administração pública, impedindo a existência de elevados níveis de corrupção e impõem o cumprimento dos direitos humanos através dos mecanismos ali existentes. Por outro lado, estes dois países não se deparam com o problema do analfabetismo, por isso, as pequenas clivagens de carácter étnico ou religiosos nesses países, de forma alguma põem em causa o funcionamento das suas instituições democráticas.

Resta-nos apresentar, alguns pontos fundamentais que o país deve adoptar para uma verdadeira consolidação democrática:

1. A necessidade de líderes competentes quer na área da boa governação, como no garante da unidade nacional. A boa governação nesse sentido deve afastar-se sobretudo da corrupção generalizada, devendo garantir a igualdade de oportunidades no seio das populações, assim como a intensificação da política externa no âmbito das cooperações, no sentido de se conseguir encontrar mais parceiros internacionais para reforçar as ajudas ao desenvolvimento; protocolos com instituições do ensino superior estrangeiros, de forma a enviar mais estudantes para ali estudarem, ou mesmo, o apoio de alguns docentes dessas universidades estrangeiras para leccionarem nas instituições do ensino superior neste país (Faculdade de Direito e de Medicina de Bissau).

Cooperação no âmbito do apoio técnico-militar com vista a responder às demandas ou à escassez dos recursos que o país enfrenta no que tange ao combate a alguns tipos de criminalidades recentes, como o tráfico de drogas e inclusive, tentativa de tráfico de seres humanos. Fazer tudo para que as crianças tenham pelo menos o acesso ao ensino escolar obrigatório, reduzindo deste modo a taxa de analfabetismo no país.

2. Os militares devem cumprir as respectivas funções, que não é no campo político. Como sustenta Robert Dahl, para que uma democracia funcione deve haver um controle dos militares e da polícia por dirigentes eleitos⁴¹. Esse controlo das Forças Armadas e da polícia não significa a politização dos mesmos, mas sim a subordinação dos mesmos em relação a qualquer grupo de dirigentes eleitos, independentemente das ideologias políticas, étnicas ou culturais.

3. Reforçar o sistema educativo, tendo em conta que sem o desenvolvimento do Capital Humano, de forma alguma pode haver contributos válidos para o desenvolvimento do País;

4. Uma maior coesão entre os líderes políticos, ou seja, não devem colocar os interesses pessoais acima dos interesses da nação;

5. O respeito pelos órgãos de soberania e a garantia dos seus funcionamentos de forma eficaz. São os órgãos de soberania que definem e caracterizam um Estado, o desrespeito destes põe em causa a existência do próprio Estado, dando origem ao que chamamos de "estados falhados."

⁴¹ Robert Dahl - *Democracia*, 2000 pp. 169

6. Tentar importar os exemplos paradigmáticos dos países da Europa Ocidental, ou mesmo seguir o exemplo de Cabo Verde;
7. Interiorizar os princípios pacíficos de resolver as divergências políticas e não com recurso às armas ou assassinatos políticos (ajustes de conta), em que certos casos nunca foram descobertos os verdadeiros autores;
8. Aceitar as vitórias e as derrotas eleitorais. Num verdadeiro regime democrático deve-se aceitar a derrota mesmo sendo por uma margem mínima de votos; vejamos por exemplo, o caso de Cabo Verde em que no ano de 2001 o presidente Pedro Pires venceu as eleições por um escasso número de votos (12 votos) sobre o seu mais directo adversário Carlos Veiga, mas não houve qualquer violência política; houve uma ou outra contestação, mas tentaram solucionar isso de forma pacífica, baseando-se em inquéritos para averiguar se houve ou não fraudes eleitorais. Por outro lado há que perceber que as vitórias ou derrotas eleitorais não são vitórias pessoais ou derrotas pessoais, mas sim, que quem ganha é para governar o país e quem perde deve juntar-se ao vencedor para o bem da nação.

Tudo isto para dizer que a reforma do processo político guineense é inevitável.

Palavras-chaves do trabalho: Democracia, personalização do regime político; Lutas pelo poder; etnias; pobreza; educação; forças armadas; corrupção; transição política; Estado de Direito; história político-constitucional.

XIX. BIBLIOGRAFIA

BOADIE, E. Gyimah - *Democratic, reform in Africa: The quality of progress*. London: Linne Rienner, Publishers, 2004;

BOBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco – *Dicionário de política*, volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª edição, 2004

BRATTON, Michael, Nicolas, Van de Wale - *Democratic, experiments in Africa: Regime transitions in comparative perspective*. Cambridge: University press, 1997

CÀ, Lorenzo Ocuni- *A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau 1471-1473*. [em linha]: Campinas [2000]. [consultado em 23 de Novembro de 2007]. Disponível na <http://www.didinho.org/artigo10.pdf>

CARDOSO, Carlos *A formação da elite política na Guiné-Bissau* [Em linha]. [Consultado em 8 de Fevereiro de 2007]. Lisboa Disponível na <http://www.didinho.org/aformacaodaelitepoliticanaguinebissau.htm>;

CARDOSO, Carlos *Os desafios da transição Política na Guiné-bissau*. [em linha]. [consultado em 9 de Fevereiro de 2008]. Disponível na <http://www.didinho.org/osdesafiosdatransicaopoliticanaguinebissau.htm>;

CASTANHEIRA, José Pedro *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'água Editores, 1995

DAHL, Robert A- *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates, 2000

HUNTINGTON, Samuel P, - *The Third Wave. Democratisation in The Late Twentieth Century*. London; University of Oklahoma Press, 1991.

KOUDAWO, Fafali- *Governança, guerra e paz: O caso da Guiné-bissau e o exemplo de Cabo Verde* In - **Direito e Cidadania** (Nº12-13). Praia, 2001

LIPSET, Seymour Martin - *Consenso e conflito*. [Tradução Portuguesa] Lisboa: Gradiva, 1ª edição, 1992

JOSEPH, Richard - *State, Conflict and democracy in Africa*. Boulder London: Lynne Rienner Publishers, 1999;

MIRANDA, Jorge - *A situação constitucional da República da Guiné-Bissau face ao acordo de Abuja* - Parecer. Lisboa, 1999.

MONTEIRO, Maria do Céu - *Direito da educação, o constitucionalismo guineense e o direito à educação*, relatório da disciplina de direito da educação, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1998/1999

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro - *A África na política de Cooperação Europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2ª edição, 2001

MOORE, Barrington. *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. [Tradução Portuguesa] Lisboa: Cosmos, 1975.

NOBREGA, Alvaro- *A Luta pelo poder na Guiné- Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.

PUTNAN, Robert David- *Making Democracy work: Civic Traditions in modern Italy*, 1993

ROCHA, Hugo - *Guiné-Bissau: a "Democracia" intolerante*. Lisboa: Instituto Humanismo e Desenvolvimento, 1992.

RODRIGUES, Luís Barbosa - *A transição Constitucional Guineense*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999

SANTOS, Onofre Dos - *Um sorriso para a Democracia na Guiné-Bissau*. Missão de Observação Eleitoral das Nações Unidas, Comissão Nacional de Eleições 1996

SILVA, António Duarte - *A Constituição Política de 24 de Setembro da República da Guiné-Bissau* (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1981

SILVA, António Duarte - *O Constitucionalismo da Guiné-Bissau: 1973-2005*. Coimbra: Coimbra editora, 2007

SILVA, António Duarte - *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: Estudo de história, direito e política*. Porto: Afrontamento, 1997

SPÍNOLA, António de - *Portugal e o Futuro: Análise da conjuntura nacional* Lisboa: Arcádia, 3ª edição, 1974

ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues - *O conflito Político - Militar Na Guiné-Bissau (1998-1999)*, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Centro de Documentação e Informação, Lisboa 2005

TEXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas - *Tiro na Democracia, uma análise sobre o processo de transição democrática na Guiné- Bissau (1994-2007)*. [Em linha]. Brasil, 2007. [Consultado em 9 de Fevereiro de 2008]. Disponível em <http://www.didinho.org/TIRONADEMOCRACIA.htm>

Algumas hiperligações

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>

<http://www.didinho.org/guinebissau.htm>

<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2007&country=7188>

<http://www.stat-guinebissau.com/>

[http://www.unfpa.org/profile/compare.cfm\(Nações unidas\)](http://www.unfpa.org/profile/compare.cfm(Nações%20unidas))

Os principais diários electrónicos

-Noticias do mundo lusófono: <http://www.noticiaslusofonas.com/>

-Correio de amanhã: <http://www.correiodamanha.pt>
 -Público: <http://www.purablico.clix.pt/>
 -Rádio voz da América: <http://www.voanews.com/portuguese/>
 A semana de Cabo Verde: www.asemana.cv

X.ÍNDICE

	páginas
<u>I.NOTA INTRODUTÓRIA.....</u>	1
<u>II.INTRODUÇÃO.....</u>	1
2.1.Hipóteses a desenvolver.....	3
2.2.Enquadramento.....	4
<u>III.METODOLOGIA.....</u>	5
<u>IV.GUINÉ-BISSAU: UMA APRESENTAÇÃO GERAL.....</u>	6
<u>V.O RESUMO DA HISTÓRIA POLÍTICO-CONSTITUCIONAL GUINNENSE.....</u>	7
<u>VI.QUAL É O REGIME POLÍTICO GUINNENSE?.....</u>	9
<u>VII.OS PRINCIPAIS FACTORES QUE IMPEDEM A CONSOLDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU.....</u>	10
7.1.As lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder.....	10

7.2. O Multipartidarismo na Guiné-Bissau e a atitude do então presidente do Conselho de Estado perante tal situação.	13
7.3.”Democracia”, etnias e lutas pelo acesso ao poder.....	15
7.4.A falta do desenvolvimento do Capital Humano	17
7.5. A Participação cívica dos cidadãos nos sistemas eleitorais, a existência dos partidos políticos e as suas controversas	19
7.6. Os indicadores Sócio-económicos e as suas repercussões no que tange à consolidação	21
<u>VIII.CONCLUSÃO</u>	27
<u>XIX.BIBLIOGRAFIA</u>	31
<u>X.ÍNDICE</u>	34

11.ANEXOS.....	35
----------------	----

XI.ANEXOS

15. Anexo

Etnia	Percentagem
Fulas	25%
Balantas	24%
Mandingas	14%
Manjacos	9%
Papeis	4%
Brames	3%
Outros	12%

Fonte: Informação retirada do livro de Onofre Dos Santos, “Um Sorriso Para a Democracia na Guiné-Bissau”, 1996. Lamentamos, não ser possível apresentar informações mais recentes, no entanto, esse exemplo dá para perceber um pouco, a realidade étnica da Guiné-Bissau.

Eleições presidenciais	1994	1999	2005
Eleitores inscritos	400.417	502.678	538.472
Votantes na primeira volta	357682	371,025	471.843
Taxa de participação	89,3%	73,81%	87,6%

Fonte: Resultados eleitorais, Comissão Nacional de Eleições, República da Guiné-Bissau.

ÍNDICE

Preâmbulo

Título I Princípios fundamentais — Da natureza e fundamentos do Estado – Artigos 1º a 23º

Título II Dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais – Artigos 24º a 58º

Título III Organização do poder político

Capítulo I – Dos princípios gerais – Artigos 59º a 61º

Capítulo II – Do Presidente da República - Artigos 62º a 72º
25

Capítulo III – Do Conselho de Estado – Artigos 73º a 75º

Capítulo IV – Da Assembleia Nacional Popular – Artigos 76º a 95º

Capítulo V – Do Governo – Artigos 96º a 104º

Capítulo VI – Do poder local – Artigos 105º a 118º

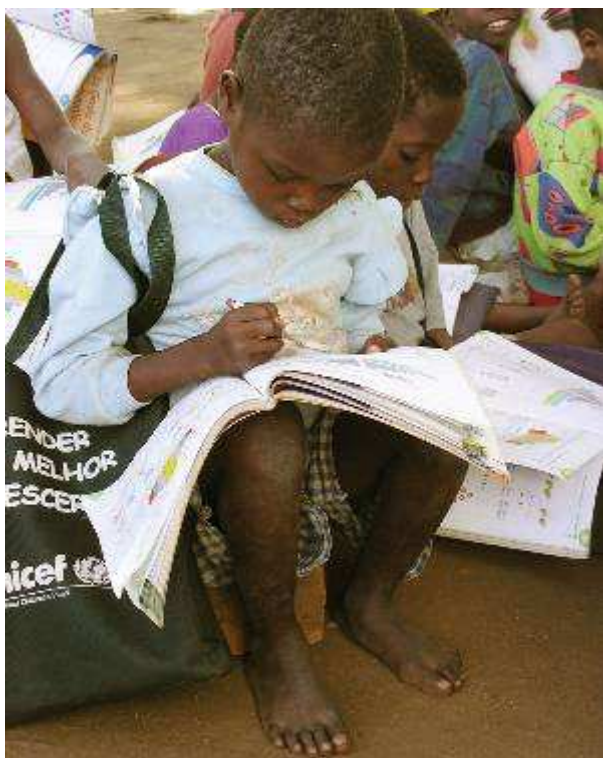
Capítulo VII – Do poder judicial – Artigos 119º a 125º

Título IV Garantia e revisão da Constituição

Capítulo I – Da fiscalização da constitucionalidade das leis – Artigo 126º

Capítulo II – Da revisão constitucional – Artigos 127º a 131º

Título V Disposições finais e transitórias – Artigos 132º e 133º



O sistema de educação é bastante precário, quer a nível do ensino básico, quer do secundário. Em relação ao ensino Superior, existem duas Faculdades: uma de Direito e outra de Medicina, encontrando-se ambas praticamente em fase embrionária.

Apesar da escassez de dados referente às tabelas, dá para ter a ideia geral qual é o Estado de Educação na Guiné-Bissau.

Infra-estruturas e Efectivos no Ensino Básico Elementar (1.^a - 6.^a) Classe

DESIGNAÇÃO	1980	1990	2000	2002	2003
Número de Escolas		842			
Número total de alunos inscritos:	86.408	86.326			
Número total de alunos	60.803	56.604			
Número de meninas	25.605	29.722			
Número de Professores					
Número de Mulheres professoras					
Número de alunos por sala de aulas					
Números de alunos por Professor					

Fonte: Serviços estatísticos e Planificação da Educação

Infra-estruturas e Efectivos no Ensino Secundário

DESIGNAÇÃO	1980	1990	2000	2002	2003
Número de Escolas					
Número total de alunos inscritos	7.646	7.702			
Número de alunos	6.188	4.986			
Números de meninas	1.458	2.716			
Número total de professores					
Número de professoras					
Número de alunos por sala de aula					
Número de alunos por professor					

Fonte : Serviços Estatísticos e Planificação da Educação

Infra-estruturas e Efectivos no Ensino Superior

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Número de Universidades									2	
Total de Estudantes nas Universidades										
Número de Meninas										
Total de Estudantes no Primeiro Ano de Universidade										
Número de Meninas										
Total de Professores										
Número de Professoras										

Fonte : Serviços de Estatísticas do Ensino Superior

Libertados oito militares ligados a tentativa de golpe na Guiné-Bissau

Por Lusa
01.12.2003

Os últimos oito militares das Forças Armadas (FA) da Guiné-Bissau detidos há um ano, na sequência da alegada tentativa de golpe de Estado de Dezembro de 2002, já estão em liberdade, soube hoje a Lusa junto de fonte militar.

A libertação ocorreu sábado ao abrigo de uma iniciativa de reconciliação em curso nas fileiras do Exército guineense, com vista a "reabilitar" todos os elementos das FA do país que, por motivos vários, foram afastados ou suspensos do quadro castrense desde 1998.

Cerca de duas centenas de militares guineenses, muitos com patentes de oficiais superiores, foram afastados das FA ou porque lutaram ao lado do deposto Presidente João Bernardo "Nino" Vieira, durante a guerra civil de 1998/99, ou por servirem o falecido general Ansumane Mané, acusado de promover uma tentativa de golpe de Estado contra Kumba Ialá.

Ansumane Mané viria a ser abatido a tiro a 30 de Novembro de 2000, em circunstâncias ainda por esclarecer, embora a versão oficial aponte para que tenha sido morto em combate.

A libertação de todos os efectivos que se encontravam detidos na Base Aérea de Bissalanca, junto ao aeroporto internacional de Bissau, foi uma das condições prévias impostas pelos militares que se preparam agora para voltarem a integrar as fileiras do Exército guineense.

Os militares agora postos em liberdade, na sua grande maioria oficiais do Exército, faziam parte de um grupo encabeçado pelo tenente-coronel Almami Allan Camará.

Este tenente-coronel foi acusado de tentar, por duas vezes, em Maio e Dezembro de 2002, liderar uma "intentona" contra o regime de Kumba Ialá, derrubado por um pacífico golpe militar no passado dia 14 de Setembro.

Na sequência das "intentonas", nunca totalmente esclarecidas, foram detidos nove militares, primeiro no centro de preparação militar, em Cumeré (a 20 quilómetros a norte de Bissau), e posteriormente transferidos para a Base Aérea de Bissalanca, nos arredores da capital guineense.

Do grupo acabou por falecer o alferes Mussá Cassamá, em Abril passado, tendo, na altura, a família pedido explicações às autoridades por suspeita de que a morte tivesse sido provocada por maus tratos na prisão.

Entretanto, a iniciativa tendente à reconciliação nas FA guineenses deverá prosseguir nos próximos dias com uma grande reunião na Base Aérea de Bissalanca, juntando homens leais a "Nino" Vieira, fiéis a Ansumane Mané e todos os oficiais da actual cúpula militar, já na presença dos militares agora libertados.

Na semana passada foram realizadas duas reuniões preparatórias no Estado-Maior das FA, em Bissau, ambas dirigidas pelo general Veríssimo Correia Seabra, chefe do Estado-Maior General das FA e líder do Comité Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática que depôs Kumba Ialá.

Fonte: Diário electrónico do jornal Público.

<http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1077&id=1177421>

Guiné-Bissau

Criado domingo, 14 de Setembro de 2003

Última actualização terça-feira, 6 de Julho de 2004

Ricardo Bordalo/Lusa



O grupo atacante pôs-se em

Tiroteio em Mansoa já terminou

Guiné-Bissau: militares afectos a Ansumane Mané atacam quartel de Mansoa

Por Lusa
26.09.2003

O quartel militar da cidade guineense de Mansoa foi

fuga, tomando a direcção de Farim, estando a ser perseguido por uma coluna militar

hoje atacado. O golpe foi protagonizado por um grupo armado afecto ao falecido brigadeiro Ansumane Mané, líder da ex-Junta Militar que, em 1999, depôs o então Presidente João Bernardo "Nino" Vieira.

Fontes militares contactadas pela Lusa em Mansoa indicaram que se tratou de um grupo, não quantificado, liderado por um oficial que ocupou um alto cargo nas forças de segurança de Mansoa, quando Ansumane Mané era Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas guineenses.

O tiroteio que sobressaltou Mansoa, a 50 quilómetros da capital guineense, já parou, mas, segundo fontes contactadas pela Lusa, as ruas da cidade e a região estão a ser fortemente patrulhadas por militares do Exército.

Segundo as mesmas fontes, antes do ataque o grupo armado cortou as comunicações do quartel de Mansoa, mas acabou por ser "repelido" pelas forças de defesa das instalações militares.

O grupo atacante pôs-se em fuga, tomando a direcção de Farim, estando a ser perseguido por uma coluna militar. Estão ainda a ser feitas rusgas casa a casa para encontrar os fugitivos.

Há forte presença militar nas ruas e nas vias de acesso a Mansoa, cidade que alberga a mais importante unidade militar do norte da Guiné-Bissau, cuja ocupação só seria possível por um número considerável de homens.

As fontes contactadas pela Lusa admitem que a intenção principal deste grupo era recolher as armas que se encontram no paiol da unidade.

Fonte: Diário electrónico do Público:

<http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1077&id=1177421>



Este representa um dos acontecimentos mais dramáticos na História da Guiné-Bissau (a guerra civil de 1998-1999).



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org